

# É prioritária a concretização do programa nacional de investimentos

[ AICCOPN ]

**R**eis Campos, presidente da AICCOPN – Associação dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas e da CPCI – Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário, no final de 2018, considerou que o ano de 2019 começava com perspectivas favoráveis que “assentavam numa trajetória de consolidação da economia e de crescimento da atividade das empresas do setor da construção” o que, nas palavras do líder associativo, pressupunha “a manutenção de um clima favorável à retoma do investimento público e privado”.

Neste contexto, realça “a importância do Programa Nacional de Investimentos (PNI2030), que o Governo remeteu para aprovação pela Assembleia da República”. Este Programa que, de acordo com o Executivo, reflete um amplo consenso em torno de prioridades de investimentos infraestruturais nos setores

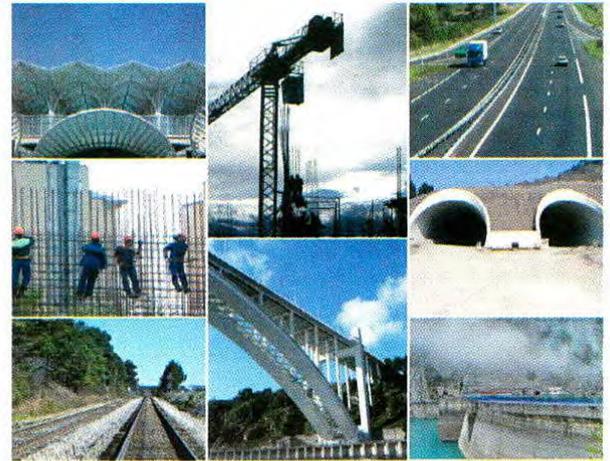
da Mobilidade e Transportes, Ambiente e Energia, “é imprescindível para o desenvolvimento coletivo de Portugal e constitui um instrumento orientador para o tecido empresarial do setor que é essencial para a necessária programação da atividade das empresas e do emprego por estas assegurado”.

O presidente da Associação destaca, ainda, a relevância do PNI 2030 num momento em que, apesar da recuperação dos volumes de contratos de empreitadas de obras públicas verificado em 2016 e 2017, o ano 2018 não correspondeu às expectativas em matéria de investimento público. “Efetivamente”, afirma, “nos primeiros dez meses do ano, registam-se quebras de 15% e de 7%, nos concursos promovidos e contratos celebrados, respetivamente, e, conseqüentemente, Portugal continuará a divergir de uma Europa que aposta, precisamente, no investimento, para assegurar o desenvolvimento econó-

mico sustentado e a competitividade da economia”.

Recordando o Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas (PETI 3+) para o horizonte 2014-2020, iniciado pelo anterior Governo e reconhecido pelo atual, e que calendarizou um conjunto importante de investimentos nos setores ferroviário, marítimo-portuário, rodoviário e aeroportuário-logístico, bem como nos transportes públicos de passageiros, cuja premência foi amplamente reconhecida por toda a sociedade portuguesa, Reis Campos conclui que “a realidade mostra que existe um grande desfasamento entre a calendarização e a execução”.

Apela, por isso, ao sentido de responsabilidade dos partidos com assento na Assembleia da República e afirma que “a competitividade e o desenvolvimento sustentável da economia, a coesão social e territorial, a mobilidade e acessibilidade de pessoas e bens e a comportabilidade



financeira do investimento público são objetivos que têm de ser sustentados em decisões consensuais que sobrevivam aos ciclos políticos.

Neste sentido, “o PNI 2030 tem de ter uma calendarização assumida, para que possa ser efetivamente concretizada”. //